

Conselho Superior do Ministério Público – CSMP

RELATÓRIO 2009

As Sessões do CSMP

A competência disciplinar e de gestão dos quadros do Ministério Público, é exercida por intermédio do Conselho Superior do Ministério Público, através de deliberações tomadas nas sessões plenárias ou secções de classificação e disciplinar.

Cabe, assim, a este órgão, nomeadamente, a colocação, promoção e transferência dos magistrados do Ministério Público, a apreciação do seu mérito profissional e o exercício da acção disciplinar, para além de funcionar como instância de recurso das deliberações do Conselho de Oficiais de Justiça, relativamente aos funcionários do Ministério Público.

Contam-se ainda, nas atribuições do CSMP, a possibilidade de propor ao Ministro da Justiça, por intermédio do Procurador-Geral da República, providências legislativas com vista à eficiência do Ministério Público e ao aperfeiçoamento das instituições judiciais, bem como a de emitir parecer em matéria de organização judiciária e, em geral, de administração da justiça.

Em 2009 o **CSMP realizou 31 reuniões**: 19 em Plenário, 10 em Secção Disciplinar e 2 em Secções de Classificação.

Entradas registadas para o CSMP:-----	265
Processos de Inspeção -----	163
Processos de Inquérito -----	52
Processos disciplinares -----	19
Recursos do COJ -----	31

Processos distribuídos aos Senhores Inspectores:

Inspeções-Plano -----	143
Inspeções a serviços -----	11
Extraordinárias -----	5
Inquéritos-----	55
Processos Disciplinares -----	27

Boletins Informativos

Os boletins informativos relativos ao ano de 2009, com uma súmula das deliberações de cada sessão, encontram-se disponíveis na Página do CSMP na Internet, a que se acede através do endereço www.pgr.pt/csmp.htm

RELATOS

As deliberações do Conselho são, por norma, tomadas através da aprovação de um acórdão.

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, cabendo ao Procurador-Geral da República voto de qualidade.

Para a validade das deliberações exige-se a presença de um mínimo de 13 membros do Conselho ou, no caso das secções, de um mínimo de sete membros.

Os projectos de acórdão são elaborados por um Vogal do Conselho, designado como Relator, nomeado nos termos do artigo 30º do Estatuto do Ministério Público e artigo 16º do Regulamento Interno da Procuradoria-Geral da República (Decreto-lei nº 333/99, de 20 de Agosto).

Durante o ano de 2009 cada vogal relatou, no Plenário, Secção Disciplinar e Secções de Classificação, o seguinte número de Acórdãos:

Dr. Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva -----	7
Dr. João José Garcia Correia-----	2
Dr. António José Barradas Leitão -----	94
Dr. Júlio Castro Caldas-----	1
Drª Francisca Van Dunem-----	14
Dr. Alberto Pinto Nogueira -----	10
Dr. Alberto Mário Braga Temido -----	17
Dr. Luís Armando Bilro Verão, -----	22
Dr. Euclides José Dâmaso Simões -----	12
Dr. João Luís Bento Pena dos Reis-----	11
Dr. Paulo Eduardo Afonso Gonçalves-----	85

Dr ^a Raquel Maria Quaresma Francisco -----	3
Dr. Luís Manuel Maia Mota Carmo-----	6
Dr. João Paulo Anastácio Centeno -----	13
Dr ^a Edite Paula de Almeida Pinho-----	9

PARECERES

Pareceres emitidos pelo CSMP no ano de 2009

Assembleia da República:

Propostas de Lei nºs 235/X/4.^a; 236/X/4.^a; 237/X/4.^a; 246/X/4.^a, 257/X4.^a, 259/X/4.^o; 260/X/4.^a; 665/X/4.^a ; 274/X4.^a 272/X/4.^a 278/X/4.^a 288/X/4^a; 292/x/4.^a - 13 pareceres

Gabinete do Ministro da Justiça

- 1- Projecto de proposta de lei – cumprimento da Convenção do Conselho da Europa
- 2- Ampliação das garantias dos advogados (maternidade ou paternidade ou de falecimento)
- 3- Proposta de Lei Tutelar Educativa
- 4- Decreto-Lei n.º 226/08 – Portaria
- 5- Projecto de Portaria que regulamenta a Lei n.º 32/08 de 17/7
- 6- Alteração ao código de Processo de Trabalho
- 7- Projecto de Lei de Arbitragem Voluntária
- 8- Anteprojecto de Diploma – Julgados de Paz

9- Projecto de Lei que cria o regime de assistência e patrocínio judiciário aos bombeiros

10 - Projecto de Decreto-Lei que altera os artigos 143.º e 144.º do Código de Processo Civil

11- Projecto de alteração ao Decreto-Lei n.º 190/2003 de 22/8 que regulamenta a Lei de Protecção das Testemunhas

12 - Portaria que procede à reclassificação dos juízos das comarcas experimentais como juízos de acesso final

13 - Anteprojecto de proposta de Lei (Revisão do Estatuto da Ordem dos Advogados)

14 - Preparação da segunda Lei sobre Política Criminal

15 - Anteprojecto de proposta de Lei sobre Política Criminal

16 - Proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico da Emissão e Execução de Decisões de Aplicação de Sanções Pecuniárias

17 - Proposta de Lei que aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de perda de bens ou outros produtos do crime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão – Quadro n.º 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro - 17 pareceres

TOTAL= 30

Os referidos pareceres foram elaborados pelos seguintes relatores:

Procº nº 29/2007 – Lº 115

Projecto de Resolução do Cons. de Ministros visando aprovar o Reforço da Segurança nos Tribunais.

Relator: Dra. Francisca Van Dunem

Ofº nº 21606/2008, de 5-11-08 Secretário Est. Adj. e da Justiça

Procº nº 372/2008 – Lº 115

Portaria que procede à reclassificação dos Juízos que irão integrar as comarcas piloto como Juízos de acesso final.

Relator: Dr. Braga Temido

Ofº nº 21694/08, de 5-11-08

Projecto de portaria procede à reclassificação dos Juízos que irão integrar as comarcas piloto como Juízos de acesso final

Relator: Dr. Braga Temido

Ofº nº 5282/09, de 10-3-09 Chefe Gab. SE o SEJ

Procº nº 335/2008 – Lº 115

Projecto de diploma que cria no âmbito do M. J. uma base de dados de procurações

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 19612/08, de 14-10-08 (Chefe Gab. M. Justiça)

Procº nº 196/2008 – Lº 115

Alteração ao D. L. 291/07, de 21-8

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 12041/08, de 17-6-08 (Chefe Gab. SE o M. Justiça)

Procº nº 181/2008 – Lº 115

Alteração à portaria que regula a tramitação electrónica dos procºs judiciais

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 11690/08, de 6-6-08 (Chefe Gab. SE o M: Justiça)

Projecto de portaria 114/08, de 6-2

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº 7832/10, de 31-3-10 (Chefe Gab. SE o M: Justiça)

Procº nº 23/2008 – Lº 115

Projecto de portaria respeitante à tramitação electrónica de procºs

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 2855/08, de 7-2-08 (Chefe Gab. SE M. J.)

Procº nº 42/2008 – Lº 115

Diploma que cria um regime especial de criação imediata de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras, a “Sucursal na Hora”, e permite a criação de um regime comercial bilingue, com utilização da língua inglesa.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº 4241/08, de 22-2-08 (Chefe Gab. SE M. J.)

Proc nº 9/2008 – Lº 115

Anteprojecto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico do Processo de Inventário e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Código do Registo Predial, o Código do Registo Civil e o Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

Relatores: Drs. Júlio Castro Caldas, João Correia e Barradas Leitão.

Ofº nº 1743/08, de 23-1-08 (Chefe Gab. SE M. J.)

Regime jurídico do Processo de Inventário (Lei nº 29/2009, de 29 de Junho).

Relatores: Drs. Júlio Castro Caldas e Barradas Leitão.

Ofº nº 2776/10, de 4-2-10 (Chefe Gab. SE SEJ)

Procº nº 79/2009 – Lº 115

Projecto de Portaria que regulamenta a Lei n.º 32/2008, de 17 de Julho.

Relator: Dr. Fráusto da Silva

Ofº nº 9338, de 27-4-2009 (Chefe Gab. SE M. J.)

Procº nº 122/2009 – Lº 115

Alteração ao Código Processo de Trabalho

Relator: Dr. Filipe Fráusto da Silva

Ofº nº 15906/2009, de 23-7-09 (Chefe Gab. SE M. J.)

Procº nº 172/2009 – Lº 115

Projecto de D. L. que altera o D.L. 108/2006, de 8/6

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 14044/2009, de 29-6-09 (Chefe Gab. SE M. J.)

Procº nº 115/2009 – Lº 115

Anteprojecto de proposta de Lei que visa adaptar a Lei da Identificação Criminal à responsabilidade penal das pessoas colectivas.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 12796/09, de 8-6-09 (Presidente CACDLG.)

Procº nº 4/2004 – Lº 115

Altera o regime de concessão de indemnização à vítimas de crimes violentos e de violência doméstica. (Prop. Lei 295/X/4ª GOV)

Relatora: Dra. Francisca Van Dunem

Ofº nº 14989/2009, de 10-7-2009 (Presidente CACDLG.)

Procº nº 99/2009 – Lº 115

Proposta de Lei 288/x/4ª (Gov.), que aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de perda de instrumentos, produtos e vantagens do crime.

Relator: Dr. Euclides D. Simões

Ofº nº 12326/09, de 3-6-2009 (Presidente CACDLG.)

Procº nº 410/2008 – Lº 115

Proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico da Emissão e Execução de Decisões de Aplicação de Sanções Pecuniárias. – Prop. Lei 260/X/4ª

Relator: Dra. Francisca Van Dunem

Ofº nº 11775, de 26-5-2009 (Presidente CACDLG)

Procº nº 31/2009 – Lº 115

Prop. de Lei 235/X/4ª GOV “Aprova o regime jurídico do processo de inventário a altera o Cód. Civil, o Código do Processo Civil, o Código do Registo Predial e o Código do Registo Civil”

Relator: Dr. Barradas Leitão (

Ofº nº 5346/2009, de 10-03-2009 (Presidente CACDLG)

Procº nº 50/2009 – Lº 115

Ampliação das garantias profissionais dos advogados (maternidade ou paternidade, ou de falecimento).

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 6199, 18-03-2009 (Chefe Gab. SE M. Justiça)

Procº nº 123/2009 –Lº 115

Prop. Lei 259/X/4ª GOV “Aprova o regime aplicável ao intercâmbio de dados e informações de natureza criminal entre as autoridades dos Estados membros da U.E.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 10709, 13-5-2009 ((Presidente CACDLG)

Procº nº 124/2009 – Lº 115

Prop. Lei 665/X/4ª (PS) Primeira alteração à lei das Uniões de Facto

Relator: Paulo Gonçalves

Ofº nº 10701, de 13-5-2009 (Presidente CACDLG)

Procº nº 376/2007 – Lº 115

Anteprojecto de Proposta de Lei de “Revisão do Estatuto da Ordem dos Advogados”.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Ofº nº 8126, de 25-5-2009 (Chefe Gab. M. J.)

Procº nº 21/2009 – Lº 115

Projecto de proposta de lei – cumprimento da Convenção do Conselho da Europa contra o abuso e a exploração sexual de crianças

Relator: Dr. Jorge Bravo (PGD Porto)

Ofº nº 10259, de 7-5-2009 (Presidente CACDLG)

Ofº nº 3340, de 17-02-2009 (Chefe Gab. M. J.)

Procº nº 25/2009 – Lº 115

Proposta de Lei 236/X/4ª (GOV) Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código do Registo Comercial

Relator: Filipe Fraústo da Silva

Ofº nº 5272, de 10-03-2009 (Presidente CACDLG)

Procº nº 359/2007 – Lº 115

Alteração do Decreto-Lei nº 190/2003, de 22 de Agosto, que regulamenta a Lei de Protecção de Testemunhas no processo penal.

Relator: Dra. Francisca Van Dunem

Ofº nº 2912, de 09-02-2009 (Chefe Gab. M. J.)

Procº nº 535/2005 – Lº 115

Preparação da segunda Lei sobre Política Criminal (LQPC)

Relator: Dra. Francisca Van Dunem

Ofº nº 4449, de 27-02-2009 (Chefe Gab. M. J.)

Procº nº 97/2006 – Lº 115

Projecto de Lei 716/X/4ª (PSD) Confere aos magistrados direito ao abono de ajudas de custo de transporte pª a frequência em acções de formação contínua”

Relator: Dr. Paulo Centeno

Ofº nº 10129, 6-5-2009 (Presidente CACDLG)

Proposta de lei n.º 237/X/4.ª - Estabelece o regime jurídico da emissão e da execução de decisões de apreensão de bens ou elementos de prova na União Europeia

Relator: Dr. Bilro Verão

Proposta de lei n.º 246/X/4.ª - Estabelece o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial

Relator: Dr. Bilro Verão

ACTIVIDADE DO PLENÁRIO

Em 2009, nas 19 sessões do CSMP em Plenário, para além da discussão e deliberação sobre o plano de actividades do CEJ para 2009/10, relatórios intercalares de estagiários, revisão do Regulamento de Inspeções, revisão do Estatuto do Ministério Público, lista de Antiguidade dos Magistrados do MP, Movimento de Magistrados do MP, plano de inspeções para 2010, foi realizada a seguinte actividade processual:

Reclamações apreciadas	42
Outros processos	52
Determinada a instauração de inquérito pelo CSMP	04
Recursos do COJ decididos:	31
Autorização para renovações de comissões de serviço	15
Autorização de comissões de serviço	04
Autorização de prorrogação da suspensão de jubilação	02

Requerimentos de pedidos de acumulação de funções -----15

ACTIVIDADE DA SECÇÃO DISCIPLINAR

Em 2009, nas 10 sessões do CSMP em Secção Disciplinar, resultou a aplicação de **46 penas disciplinares**, a seguir indicadas:

- 1 pena de aposentação compulsiva
- 7 penas de inactividade
- 6 penas de suspensão
- 2 penas de transferência
- 13 penas de multa
- 17 penas de advertência

CLASSIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS NAS SECÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO

Em 2009, foram 2 as sessões do Conselho Superior do Ministério Público em secções de classificação.

Foram atribuídas 126 classificações a Magistrados.

Segue quadro com as classificações atribuídas no conjunto das duas secções:

CLASSIFICAÇÕES

Procuradores da República

MUITO BOM	29
BOM COM DISTINÇÃO	8
BOM	6
SUFICIENTE	0
MEDÍOCRE	0
Total	43

Procuradores-Adjuntos

MUITO BOM	34
BOM COM DISTINÇÃO	34
BOM	18
SUFICIENTE	4
MEDÍOCRE	3
Total	93